



PACTO
CONTRA
A FOME



CONVITE PARA UM PACTO CONTRA A FOME

ELEIÇÕES 2026



O QUE O BRASIL JÁ TEM E COMO PODE AVANÇAR

O direito à alimentação adequada está garantido na Constituição Federal e é condição básica para que qualquer cidadão possa estudar, trabalhar e se desenvolver. Garantir esse direito a todos os brasileiros é uma responsabilidade que começa no Estado, mas não termina nele. Enfrentar a fome em toda a sua complexidade exige o envolvimento ativo de todos os setores da sociedade.

A insegurança alimentar no Brasil é um problema antigo e estrutural. O paradoxo é conhecido: o país está entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo e, ao mesmo tempo, conta com 54,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. A esse quadro se somam desafios mais recentes, como os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos e a dupla carga da má nutrição, que combina a persistência da fome com o crescimento da obesidade e do sobrepeso e seus custos para a saúde pública.

O Brasil tem um conjunto importante de políticas públicas construído ao longo das últimas décadas: programas de transferência de renda, alimentação escolar, compras da agricultura familiar, assistência técnica rural, legislação sobre perdas e desperdício de alimentos e estruturas de governança para a segurança alimentar. Parte dessas políticas tem eficácia comprovada. Parte opera abaixo do potencial por falta de coordenação, focalização ou recursos. O desafio é qualificar e fortalecer o que já existe, aproveitando e aprimorando o que já foi construído.

O Estado tem papel central e insubstituível nessa agenda. É ele que define prioridades, aloca recursos e coordena as ações. Mas a escala do problema exige a articulação com outros setores: setor privado, sociedade civil, academia e imprensa, cada um com contribuições específicas e complementares.

O governo é o motor da transformação social que queremos ver e acreditamos que é a partir do diálogo e da colaboração com a sociedade civil organizada que as políticas públicas chegarão a quem mais precisa. O contexto eleitoral é um momento ímpar para iniciar este diálogo e o Pacto Contra a Fome atuará de forma aberta e colaborativa para estabelecer as pontes que sustentarão os próximos quatro anos, como viemos fazendo ao longo de nossa atuação junto aos governos.

Esta jornada se inicia com o diálogo com os candidatos e com a construção da Agenda Executiva da Política ao Prato: material técnico e estratégico, elaborado por especialistas de diversas áreas, voltado a apoiar a tomada de decisão desde o início do mandato. A Agenda Executiva será estruturada para oferecer clareza de prioridades, viabilidade política e caminhos concretos de implementação, conectando as melhores referências científicas sobre as soluções que de fato funcionam e geram impacto real, diagnóstico qualificado a ações exequíveis no curto e médio prazo. É preciso identificar o que funciona, corrigir gargalos de implementação e garantir que recursos públicos cheguem com eficiência a quem mais precisa.

A meta de erradicar a fome no Brasil até 2030 nos apressa e a jornada exige compromisso coletivo e decisões que precisam começar agora. Além do imperativo constitucional e social, há uma dimensão econômica direta: a insegurança alimentar reduz produtividade, eleva custos de saúde e compromete o desempenho educacional. Um país com fome é um país mais pobre, menos desenvolvido e mais caro para todos. Enfrentar esse problema com seriedade e continuidade é, ao mesmo tempo, uma obrigação do Estado e uma decisão estratégica para o desenvolvimento do Brasil.

Este é nosso convite à responsabilidade compartilhada: somar esforços, alinhar prioridades e acelerar soluções para que o Brasil avance com consistência rumo a um futuro em que o direito à alimentação adequada deixe de ser uma promessa e se torne uma realidade para todos.

Juliana Plaster
Codiretora Executiva

Maria Siqueira
Codiretora Executiva

Juliana Siqueira de Sá
Vice-Presidente do Conselho

Geyze Diniz
Presidente do Conselho



NOSSO CONVITE

O próximo ciclo 2027-2030 representa uma janela decisiva. Governos federais e estaduais, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas que assumirem a agenda alimentar com estratégia terão condições de alcançar avanços concretos e viabilizar transformações estruturais duradouras.

Isso representa um legado que atravessa gerações, pois transforma a história de famílias em todo o país e tem impacto direto em diferentes indicadores, como segurança alimentar, segurança pública, saúde, educação e desenvolvimento infantil.

Ao assumir esse compromisso, o convidamos a incorporar o enfrentamento à fome e à insegurança alimentar como eixo estruturante de seu projeto de país.

Erradicar a fome no Brasil não é apenas uma ambição moral, mas uma decisão política. O Pacto Contra a Fome reafirma seu papel de parceria nessa trajetória, atuando para que as decisões tomadas hoje se traduzam em um legado duradouro: um Brasil onde o direito à alimentação adequada seja, de fato, garantido para todos.





QUEM SOMOS

O Pacto Contra a Fome é uma organização da sociedade civil, **suprapartidária e multissetorial**, que articula as melhores soluções para resolver o problema da fome de forma definitiva. Para isso, conectamos governos, empresas, academia, imprensa e sociedade civil, garantindo que a erradicação da fome, a redução do desperdício de alimentos e a promoção de uma alimentação adequada sejam **prioridades** no Brasil.

Nosso foco é usar conhecimento, dados e evidências para fortalecer políticas públicas, mobilizar a sociedade e impulsionar soluções de impacto estruturante e permanente.

Estamos comprometidos com a **erradicação da fome** no Brasil até 2030, prazo estipulado pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU. Embora seja uma meta ambiciosa, ela é plenamente alcançável se for efetivamente priorizada na agenda política e contar com a atuação coordenada entre todos os setores. Por isso, apoiamos a implementação de políticas públicas, ao lado dos governos, com metodologia, prestação de contas e articulação multissetorial.

MISSÃO DO PACTO CONTRA A FOME:

Engajar a sociedade para erradicar a fome, promover uma alimentação adequada e reduzir o desperdício de alimentos no Brasil.

VISÃO PARA O BRASIL:

2030

Nenhuma pessoa com fome no Brasil

2040

Todas as pessoas alimentadas de forma adequada no Brasil

NOSSA ATUAÇÃO

CESTA BÁSICA NACIONAL

Propusemos a emenda que garantiu a criação da Cesta Básica Nacional com critérios de saudabilidade e regionalidade. Um marco na qualificação do acesso à alimentação.



Potencial de 5,3% de aumento no consumo de alimento in natura



Redução de 8,3% de consumo de ultraprocessados

AGENDA LEGISLATIVA

Da Política ao Prato

Em parceria com 18 organizações, apresentamos uma agenda com sete projetos de lei prioritários e baseados em evidências.



4 projetos de lei aprovados na Câmara dos Deputados



3 projetos convertidos em lei em menos de 1 mês

CEASA DESPERDÍCIO ZERO

prevê a ampliação da redistribuição de alimentos e a redução de desperdícios nas centrais de abastecimento por meio do fortalecimento dos bancos de alimentos locais. Tem como parceiros o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a Abracen (Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento).



320 mil toneladas de alimentos podem ser salvas por ano



62% de potencial de aumento de alimentos doados na Ceagesp

FORTALECIMENTO DO SISAN

prevê o fortalecimento e a expansão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sistema que articula políticas e ações para garantir o direito à alimentação adequada, nos estados do Pará e Maranhão.



9X mais municípios adesos no Pará



4X mais municípios adesos no Maranhão

CAMPANHA JOGUE CONTRA O DESPERDÍCIO

campanha de conscientização sobre desperdício de alimentos que contou com a participação da ginasta Rebeca Andrade e com novidades como a TIA, inteligência artificial via WhatsApp que orienta o consumidor a respeito do uso de alimentos para evitar o desperdício.



30 milhões de pessoas impactadas



+10 mil usuários na TIA Contra a Fome

PRÊMIO PACTO CONTRA A FOME

reconhecimento feito para as melhores práticas em segurança alimentar e redução ou reversão do desperdício de alimentos. Em três edições apoiou diretamente 18 organizações com recursos, mentorias e assessoria jurídica.



R\$ 1,8 milhão em prêmios distribuídos



1.100 iniciativas mobilizadas

QUEM ESTÁ COM A GENTE NESSE PACTO CONTRA A FOME

GOVERNANÇA:

Conselho de Administração

Geyze Diniz – Cofundadora e presidente do conselho
Juliana Siqueira de Sá - Vice-Presidente do conselho
Helio Mattar – Instituto Akatu
João Alberto Abreu – Suzano
Kiko Afonso – Ação da Cidadania
Laura Muller Machado – Insper
Regina Esteves – ComunitasBR
Vânia Neves – Conselheira independente

Assembleia Geral

Carola Matarazzo – Movimento Bem Maior
Claudia Pagnano – Vitru Education
David Hertz – Gastromotiva
Geyze Diniz – Pacto Contra a Fome
José Laloni – Banco ABC Brasil

Conselho Fiscal

Adriana Pallis - Machado Meyer Advogados
Cristiane Barreto - Executiva C-Level
Luciano Prado - Paradiso Negócios | Instituto Paradiso

FINANCIADORES:



APOIADORES TÉCNICOS:



ÓRGÃOS PARCEIROS:


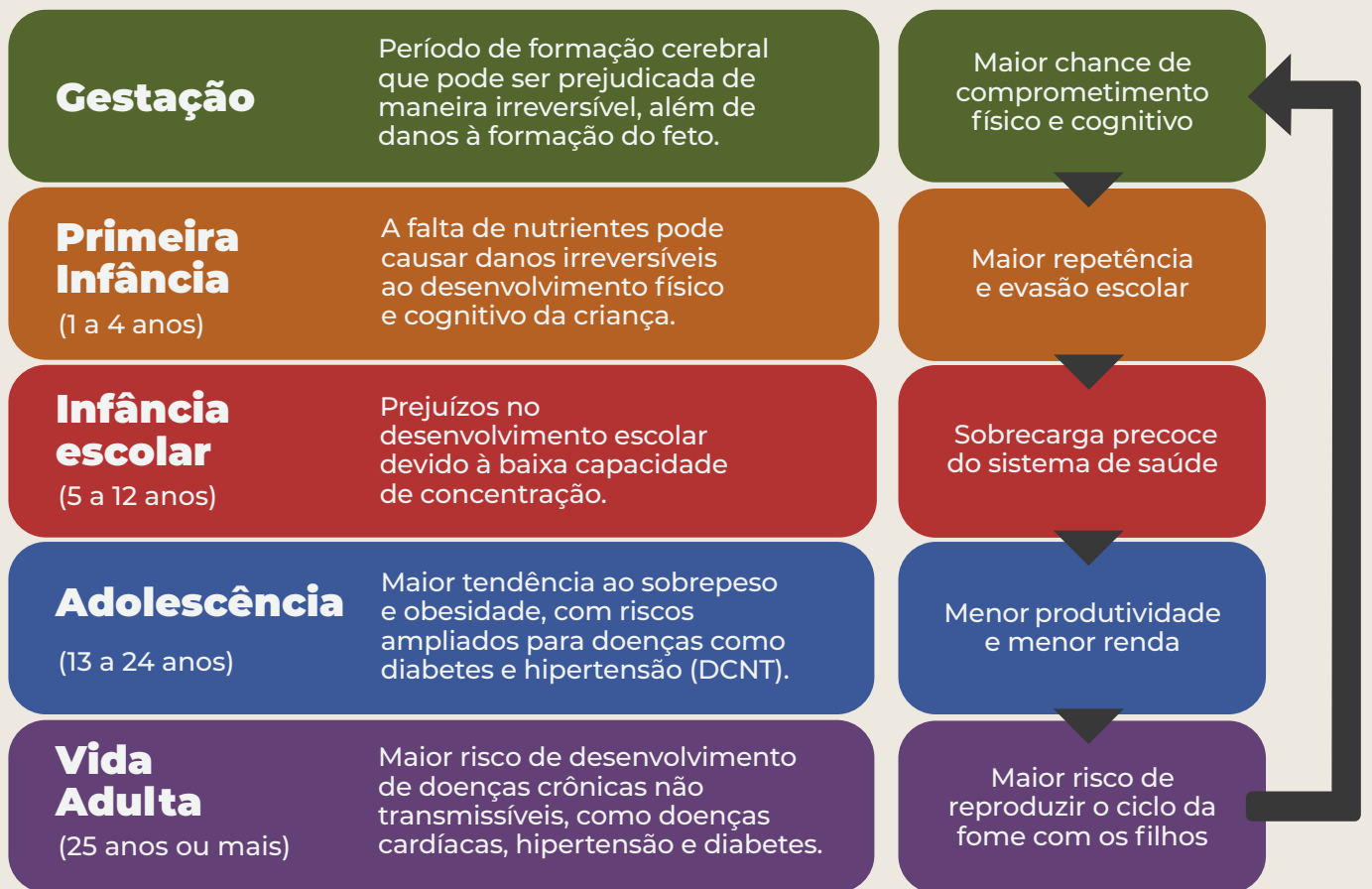


Para saber mais sobre o Pacto Contra a Fome, acesse o QR Code.




UMA AGENDA QUE AFETA TODOS OS BRASILEIROS

Garantir que toda família tenha comida na mesa é um valor compartilhado por todos os brasileiros. Mais do que um tema social, a insegurança alimentar gera consequências negativas que se iniciam ainda na gestação e se estendem por toda a vida do indivíduo, provocando impactos físicos e cognitivos e comprometendo seu pleno desenvolvimento para a vida e o trabalho. Além disso, contribui para reforçar um ciclo vicioso de fome e pobreza, que tende a se perpetuar entre gerações.



Nos territórios com altos índices de vulnerabilidade alimentar, estão os piores indicadores de saúde, educação, violência e desenvolvimento econômico.



Domicílios chefiados por mulheres negras, especialmente mães solo com crianças pequenas, em situação de pobreza, **tendem a reproduzir o mesmo padrão** (PNAD Contínua, 2024)

54 MILHÕES DE MOTIVOS PARA INVESTIR NESSA CAUSA

Em 2026, o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. O mesmo já tinha acontecido anos atrás e voltamos a figurar nele pouco tempo depois. Sair desta lista significa que os indicadores de fome crônica estão abaixo de 2,5% da população. São avanços importantes, mas o problema não foi resolvido. Dados oficiais nacionais mostram que 54,7 milhões de brasileiros ainda convivem com algum grau de insegurança alimentar.

Para atuar em políticas públicas, o termômetro mais preciso para entender a fome no país é a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA), utilizada pelo IBGE, que identifica de forma amostral o problema e ajuda a entender onde ele acontece dentro do território. É com esse dado que os governos devem trabalhar para construir suas políticas de segurança alimentar.

A FOME ESTÁ NO BRASIL INTEIRO

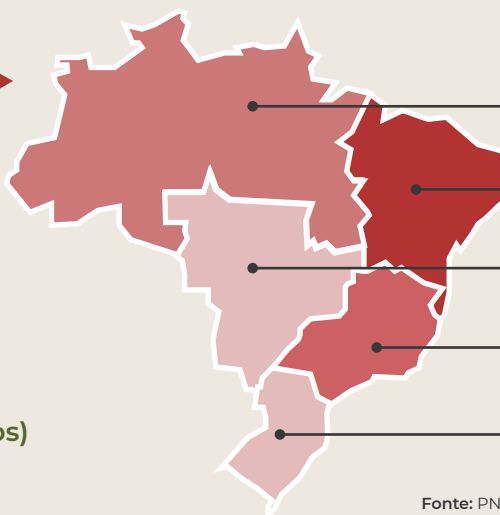
Dados para a população (milhões de pessoas)

No Brasil
Insegurança total: 54,7 milhões

IA grave
(fome)
6,4 milhões
3,1% da população

IA moderada
(Restrição quantitativa)
9,7 milhões
4,6% da população

IA leve
(preocupação com alimentos)
38,4 milhões
18,1% da população



INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE (FOME) POR REGIÃO

- Região Norte: 1,2 milhões
- Região Nordeste: 2,48 milhões
- Região Centro Oeste: 0,45 milhões
- Região Sudeste: 1,83 milhões
- Região Sul: 0,48 milhões

Fonte: PNAD Contínua 2024, IBGE - dados para indivíduos

3 EM CADA 10

famílias brasileiras convivem com algum grau de insegurança alimentar.

MAIS DA METADE

dos lares com fome estão nas regiões Norte e Nordeste.

1 EM CADA 4

lares com crianças de 0-6 anos apresenta alguma vulnerabilidade alimentar.

66,1%

das famílias com renda per capita de até um salário mínimo, estavam em algum grau de insegurança alimentar.

70,4%

dos lares afetados pela insegurança alimentar eram chefiados por pessoas pretas ou pardas.

QUEM PAGA A CONTA?

Para além das consequências individuais, a fome e a insegurança alimentar geram impactos sistêmicos sobre toda a sociedade, traduzidos em maiores gastos com saúde e educação e na redução da capacidade produtiva da população, com efeitos diretos sobre a produtividade do trabalho, o desempenho econômico e a geração de renda no país.

GASTOS DO GOVERNO

R\$3,84 bi

para o SUS em tratamento, internações e mortes prematuras relacionadas à obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (Nilson, Fiocruz 2024)

-30%

de redução de produtividade em setores intensivos de mão de obra devido à insegurança alimentar (Banco Mundial)



6,4% do PIB

é o custo por ignorar a fome

X



1,5% do PIB

é o custo de resolver a fome de forma estrutural

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)



Cada R\$ 1

investido em nutrição hoje



vira R\$ 4

em produtividade

(Organização Internacional do Trabalho - OIT)



UMA CONTRADIÇÃO INACEITÁVEL

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo e ao mesmo tempo joga fora 55 milhões de toneladas por ano, figurando entre os 10 países que mais desperdiçam alimentos no planeta. Estima-se que cerca de **30%** do que é produzido no Brasil seja perdido ou desperdiçado. Enquanto isso, **54,7 milhões** de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar - um volume maior do que a população da Argentina.

O desperdício de alimentos gera impactos ambientais em toda a cadeia de produção, seja pelo uso intensivo da terra e dos recursos hídricos, pela emissão de gases de efeito estufa, pela intensificação da perda de biodiversidade ou pela geração de lixo. Além disso, é responsável **por 8 a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE)** - 5 vezes mais do que as emissões do setor de aviação.

Parte desses alimentos que são jogados fora poderiam ser utilizados para matar a fome de quem convive com a insegurança alimentar. Uma estimativa realizada pelo Todos à Mesa e Connecting Food aponta que o volume de alimentos redistribuídos chega a 200 mil toneladas por ano. **Triplicar essa redistribuição poderia alimentar cerca de 3 milhões de pessoas em insegurança alimentar.**

DUPLA CARGA DE MÁ NUTRIÇÃO: fome e obesidade coexistem no mesmo Brasil

No Brasil, não há falta de comida. O que falta é acesso a comida saudável. O mesmo país que tem milhões de pessoas indo dormir com fome registra crescimento vertiginoso de sobrepeso e obesidade.

Entre crianças, já em 2025, a obesidade superou a desnutrição infantil (Unicef, 2025). Dados apontam que alimentos deletérios à saúde estão presentes na alimentação das crianças, inclusive das menores de dois anos: 80% delas já consomem ultraprocessados, segundo dados do **Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (Enani)**, conduzido pelo Ministério da Saúde em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O consumo dos ultraprocessados já representa mais de 20% das calorias ingeridas pela população brasileira, com crescimento **em todas as idades e classes sociais.**



O QUE DEFENDEMOS

Estamos iniciando uma jornada de apoio para que candidatos e futuros governantes tomem decisões sobre a estratégia de erradicação da fome, promoção da segurança alimentar e redução do desperdício de alimentos. Parte fundamental deste caminho é identificar aquilo que precisa **ser mantido** e **fortalecido** como políticas de Estado, independentemente de governos.

Esse esforço exige uma visão sistêmica e estratégica do combate à fome, alinhada às dimensões reconhecidas pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura): disponibilidade de alimentos, acesso físico e econômico, utilização adequada (nutrição e qualidade) e estabilidade ao longo do tempo. Considerar essas dimensões de forma integrada permite avançar de respostas emergenciais para **soluções estruturais**, conectando produção, renda, proteção social e redução de perdas e desperdícios em uma agenda coerente e de impacto duradouro.

Com base em **evidências científicas e dados de impacto**, o Pacto Contra a Fome identificou as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional mais **eficazes**. Ao longo dos próximos meses, entregaremos materiais robustos que aprofundarão este tópico. Desde já, destacamos quais são algumas destas políticas já reconhecidas pela sua eficácia e por que elas são essenciais para garantir a segurança alimentar da população brasileira (confira a seguir).



POLÍTICAS PÚBLICAS RECONHECIDAS E A SEREM CONTINUADAS

Políticas	O que é	Evidências
Programa Bolsa Família	Transferência direta de renda para famílias em pobreza e extrema pobreza, com condicionalidades em saúde e educação.	Evidências mostram que 13,8% saíram da insegurança alimentar no Brasil. Avaliação do Banco Mundial documenta efeito de programas de transferência de renda sobre consumo alimentar, frequência escolar, uso de serviços de saúde e redução da pobreza extrema.
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar	Garantia de refeição diária para estudantes da rede pública. Obrigatoriedade de compra pública da agricultura familiar.	Avaliação do WFP (State of School Feeding Worldwide) aponta evidência consolidada, com efeitos sobre maior desempenho escolar, melhora de indicadores nutricionais e dinamização da economia local através da compra da agricultura familiar.
PAA Programa de Aquisição de Alimentos	Compra pública da produção de agricultores familiares para abastecer equipamentos públicos de alimentação e assistência social.	Avaliação de impacto mostra aumento de 56,8% no valor da produção e crescimento de 39% na renda dos agricultores e efeitos positivos sobre diversificação produtiva (Christoffoli, 2021).
Cisternas	Acesso à água para consumo e produção de alimentos em famílias do Semiárido, por meio de captação da chuva.	Custo-efetividade é um dos mais altos: para cada 1 real investido, o retorno é de 6,80 (ASA, 2023). Evidências apontam redução no tempo de acesso à água e de internações.
SISAN e seus equipamentos	Capacidade de coordenação, articulação e implementação das políticas públicas e equipamentos de SAN.	Expansão para 51% dos municípios, além do crescimento das estruturas locais de articulação intersetorial - (CAISAN) para 13% (Soares, 2024; MDS, 2025)

Acreditamos que esse conjunto de instrumentos deve ser mantido, revisado com especialistas parceiros e ampliado em sua efetividade e alcance.



NOSSO PLANO DE AÇÃO 2026-2027

O combate à fome e a segurança alimentar são temas que exigem mais do que compromisso: exigem decisões baseadas em evidências e com capacidade de gerar impacto desde o primeiro dia.

É com esse propósito que o Pacto Contra a Fome se coloca como interlocutor ao longo de todo o processo eleitoral, da pré-campanha à implementação das políticas. Ao apresentar propostas estruturadas, diagnósticos e caminhos já testados, buscamos apoiar a construção de respostas efetivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Abaixo, disponibilizamos os instrumentos que colocamos à disposição para qualificar as decisões, orientar prioridades e acelerar resultados concretos no enfrentamento da fome.

1) Pré-campanha: onde estamos agora

Primeiro contato com os candidatos para apresentação institucional da organização e da nossa Agenda Executiva da Política ao Prato de incidência para o combate à fome e garantia do direito de uma alimentação adequada para todos.

2) Campanha: entrega do Cardápio de políticas de SAN¹

Esse documento objetiva apoiar o desenho de planos de governo e planos de atuação legislativa, oferecendo uma visão sistêmica de políticas de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) consagradas cobrindo dimensões de acesso, disponibilidade, utilização, estabilidade e governança - e com visibilidade de gargalos já identificados, a partir de evidências de impacto e custo-efetividade.

Cardápio de políticas de SAN

O “**Cardápio de Políticas de SAN**” foi construído a partir de dados e evidências de impacto e custo-efetividade das políticas públicas que já existem. É a síntese do que os dados e evidências dizem que move o ponteiro, com curadoria técnica rigorosa, para apoiar autoridades e suas equipes a agir com rapidez e base sólida desde o início, sem precisar reinventar o que já existe.

Além de olhar políticas e instrumentos por dimensão, o cardápio também inclui recomendações sobre governança. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é apresentado com papel crucial de coordenação das políticas de SAN e resultados para o monitoramento e articulação federativa. Já os equipamentos de SAN (bancos de alimentos, cozinhas e restaurantes), aparecem como uma rede de alta efetividade para redistribuição e ampliação do acesso a refeições saudáveis.

Como foi elaborado? Mapeamos **mais de 36 políticas**, planos e estratégias. Desses, **16 foram analisados** com base em cinco critérios: alinhamento com as dimensões da insegurança alimentar, evidências padrão ouro de impacto, custo-efetividade, maturidade institucional e recomendações de especialistas e **12 foram classificados**, sendo distribuídas em consagradas, recomendadas e promissoras.

Como está organizado? As políticas são analisadas em sete dimensões² que determinam se uma população tem e mantém segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade, agência, sustentabilidade e governança.

Essa estrutura permite identificar em quais dimensões há lacunas e gargalos e onde estão as oportunidades de maior impacto e escalabilidade. A governança é a dimensão transversal: sem ela, as demais políticas operam fragmentadas, perdem escala e não chegam a quem mais precisa e foi a **base para produção da nossa Agenda Executiva da Política ao Prato**.

¹ SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

² A Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação - FAO apontou 4 dimensões, interdependentes e devem ser consideradas de forma articulada para compreender tanto as causas quanto as respostas à fome. Recentemente, foram incluídas mais duas dimensões: agência e sustentabilidade.

NOSSO PLANO DE AÇÃO 2026-2027

3) 2027: nossa proposta para o próximo governo

A Agenda Executiva de 2027 servirá como um guia para apoiar o início dos novos governos. Conta com um diagnóstico feito por especialistas sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, focando na implementação de soluções, inovações coerentes ao tamanho do desafio e personalizado com a realidade local de sua atuação. Teremos em mãos um mapeamento detalhado das políticas consagradas que podem mudar o jogo do combate à fome. Ao mesmo tempo, o material irá olhar para desafios pragmáticos dos gestores públicos. Assim, poderemos identificar quais políticas não devem ser descontinuadas e sinalizar não apenas onde o dinheiro está, mas quanto falta para melhorar os indicadores de segurança alimentar.

Agenda Executiva da Política ao Prato

O Pacto Contra a Fome se posiciona, neste ciclo eleitoral, com uma entrega estruturada e orientada a impacto: a Agenda Executiva da Política ao Prato reunirá um conjunto de informações técnicas e estratégicas concebidas para apoiar decisões desde o primeiro dia de governo. Mais do que uma contribuição ao debate, trata-se de um compromisso com resultados concretos e com a construção de um legado institucional duradouro no enfrentamento da fome no Brasil.

Essa entrega é, por definição, suprapartidária. Independentemente da configuração política resultante das eleições, o Pacto está comprometido em disponibilizar esse conteúdo de forma qualificada, com o objetivo de fortalecer a capacidade do Estado brasileiro de implementar políticas eficazes, baseadas em evidências e com potencial real de transformação. O foco está no impacto, na aceleração de soluções que funcionam, na qualificação da agenda pública e na consolidação de caminhos que transcendam governos e ciclos eleitorais.

Nosso objetivo é fornecer um mapa detalhado para transformar as políticas de segurança alimentar.

A Agenda Executiva Da Política ao Prato se organiza em três eixos:



Diagnóstico estratégico:

Uma análise estratégica sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, identificando quais os objetivos específicos de cada uma, qual seu público-alvo, quais vulnerabilidades e desafios.



Definição de prioridades:

Apontaremos o que tem maior impacto com menor custo e o que pode ser feito.



Plano de ação:

Iniciativas concretas para os primeiros 100 dias e reformas estruturantes para o mandato, com orientações práticas para as equipes técnicas e um portfólio de inovações aplicáveis ao contexto federal e estadual.



**PARA MAIS INFORMAÇÕES ENTRE
EM CONTATO PELO E-MAIL:**
governos@pactocontrafome.org



SITE:
pactocontrafome.org/



LINKEDIN:
[/pacto-contra-a-fome](https://www.linkedin.com/company/pacto-contra-a-fome)



INSTAGRAM:
[/pactocontrafome](https://www.instagram.com/pactocontrafome)



CANAL NO YOUTUBE:
[@pactocontrafome](https://www.youtube.com/@pactocontrafome)



ASSESSORIA DE IMPRENSA:
imprensa@pactocontrafome.org



**PACTO
CONTRA
A FOME**